

EDUCAÇÃO

Número Temático - vol. 11 n. 1 - 2021

ISSN Digital: 2316-3828

ISSN Impresso: 2316-333X

DOI: 10.17564/2316-3828.2021v11n1p124-139



PEGA A VISÃO! NEM TUDO É BRINCADEIRA: PERCEÇÃO DO *BULLYING* NO CONTEXTO ESCOLAR BASEADO NO RACISMO E LGBTFOBIA

GET THE VISION! NOT EVERYTHING IS A JOKE;
PERCEPTION OF THE BULLYING IN THE SCHOOL CONTEXT
BASED ON RACISM AND LGBTPHOBIA

¡HAGA CASO! NO TODO ES UNA BROMA: PERCEPCIÓN DE ACOSO EN
EL CONTEXTO ESCOLAR BASADO EN EL RACISMO Y LGBT-FOBIA

Denívia dos Santos Gonçalves¹
Pollyanna Rezende-Campos²
Maria da Conceição Carvalho Dantas³

RESUMO

O trabalho trata a questão do *bullying*, considerando o racismo e LGBTfobia como base de sustentação para as atitudes violentas na escola. Estas inquietações resultaram no desenvolvimento do Projeto de Intervenção - requisito obrigatório para a conclusão do curso de Especialização em Gênero, Sexualidade na Educação. As manifestações foram analisadas dentro da instituição alvo da pesquisa, identificando o conhecimento de estudantes adolescentes e jovens sobre as agressões que praticam e/ou sofrem. Ao aproximar o racismo e a LGBTfobia como bases para a prática do *bullying* no âmbito escolar, o objetivo foi de provocar reflexões sobre os impactos e consequências de atitudes segregadoras e orientar sobre a importância do combate a toda e qualquer forma de violência, estimulando práticas inclusivas, respeitosas, defendidas pelo direito à liberdade de expressão. Foram utilizados questionários, um para coleta de conhecimentos prévios e o outro após a apresentação artística, foi possível perceber que a arte como elemento educacional, a interação com o conteúdo desejado acontece de forma mais intensa e reflexiva. As impressões conclusivas são que as juventudes que participaram do projeto estão atentas na distinção entre os tipos de agressões ocorridas na escola, bem como relacionam as atitudes com pensamentos racistas, machistas e LGBTfóbicas, percebendo os impactos negativos na autoestima e na convivência entre pares.

PALAVRAS-CHAVE

Bullying. Racismo. LGBTfobia. Educação.

ABSTRACT

This paper deals with the issue of bullying, considering racism and LGBTphobia as a basis for support for violent attitudes, analyzing such manifestations within the target institution of the research, identifying the knowledge of adolescent and young students about the aggressions they practice and/or suffer, contributing to the prevention and decision-making in the face of the problem. By bringing racism and LGBTphobia closer to the practice of bullying in the school environment, we want to reflect on the impacts and consequences of segregating attitudes and guide on the importance of combating any form of violence, stimulating inclusive, respectful practices, defended by the right to freedom of expression. From the application of a questionnaire to collect previous knowledge, followed by an artistic presentation and application of a new questionnaire, it was possible to perceive that by using art as an educational element, the message arrives faster, that is, the absorption of the desired content takes place in a more intense and reflective way. The concluding impressions are that the youths who participated in the project are attentive to the distinction between the types of aggressions that occurred in school, as well as relate attitudes with racist, sexist and LGBTfóbic thoughts, perceiving the negative impacts on self-esteem and coexistence between peers.

KEYWORDS

Bullying. Racism. LGBTphobia. Education.

RESUMEN

El documento trata sobre el tema del acoso escolar, considerando el racismo y la LGBT-fobia como una base para el apoyo a las actitudes violentas en la escuela. Estas preocupaciones dieron lugar al desarrollo del Proyecto de Intervención - requisito obligatorio para la finalización del curso de Especialización en Género, Sexualidad en la Educación. Las manifestaciones fueron analizadas dentro de la institución objetivo de la investigación, identificando el conocimiento de los adolescentes y jóvenes estudiantes sobre los acosos que practican y/o sufren. Al considerar el racismo y la LGBT-fobia como bases para la práctica del acoso escolar, el objetivo era provocar reflexiones sobre los impactos y consecuencias de las actitudes segregadoras y guiar la importancia de combatir cualquier forma de violencia, estimulando prácticas inclusivas y respetuosas defendidas por el derecho a la libertad de expresión. Se utilizaron cuestionarios, uno para recopilar conocimientos previos y el otro después de la presentación artística, donde fue posible percibir ese arte como un elemento educativo, la interacción con el contenido deseado ocurre de una manera más intensa y reflexiva. Las impresiones finales son que los jóvenes que participaron en el proyecto están atentos a la distinción entre los tipos de agresiones que se produjeron en la

escuela, así como relacionar actitudes con pensamientos racistas, sexistas y de LGBT-fobia, percibiendo los impactos negativos en la autoestima y la convivencia entre compañeros.

PALABRAS CLAVE

Intimidación; Racismo; LGBTfobia; Educación.

1 INTRODUÇÃO

Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes. (FREIRE, 2000, p. 17).

A escola é um dos primeiros espaços de socialização, ao passo que é um dos lócus que acontecem inúmeras experiências e vivências, sobretudo, das sexualidades, é onde deveria abrigar todas as possíveis diversidades configurando-se num ambiente plural e inclusivo. Mas, sua realidade é ainda, insistentemente, um local preconceituoso e hegemônico, características essas que advêm dos primórdios de uma sociedade colonial e patriarcal.

Apesar de nos últimos anos ter ocorrido uma notória evolução no campo das sexualidades e estudos sobre gênero, em termos de ampliação da necessidade de se debater tais temáticas, com o aumento das manifestações conservadoras em diferentes esferas do poder, é perceptível também o alarmante aumento de posturas discriminatórias em diferentes espaços, fundamentadas pela defesa da manutenção da heterossexualidade como forma legítima de sentir afeto ou prazer, condenando a todas as outras formas de expressão de gêneros e sexualidades que não estejam em conformidade com a norma vigente.

Agressões como *bullying*, racismo e homofobia representam um grave problema social e que precisa ser combatido com urgência pela sociedade. Tratando-se do espaço escolar é necessário o envolvimento de todas as pessoas que compõem esse ambiente, considerando que a escola é um importante espaço para contribuição do senso crítico de adolescentes e jovens, devendo, portanto, desenvolver um posicionamento ético de ampliação dos direitos da pessoa humana e a possibilidade de coexistir por meio das diferenças ou será apenas uma instituição que funciona unicamente como reprodutora de conhecimentos para manutenção das identidades hegemônicas.

A relevância de refletir as relações sociais na escola é, principalmente, alertar sobre o cumprimento do seu papel social de estar atenta e proporcionar diálogos para, assim, fomentar e (re)construir uma formação crítica, transgressora e capaz de promover uma educação inclusiva, que respeite e valorize as diferenças, oportunizando ouvir todas as pessoas e em especial as que são mais exclu-

ídas socialmente. Inclusive, porque, “nossa prática escolar ainda está completamente contaminada com os desejos coloniais de domesticação dos corpos e da mente” (SOARES; FONTES, 2019, p. 14).

Segundo Fante (2005, p. 29), *bullying* “é um comportamento cruel e intrínseco das relações interpessoais, em que os mais fortes convertem os mais frágeis em objetos de diversão e prazer, através de brincadeiras que disfarçam o propósito de maltratar e intimidar”.

Nesse sentido, uma distinção cabe ser feita no que tange ao eixo problemático racismo, LGBTfobia e *bullying*, pois é sustentada a premissa que o racismo e a LGBTfobia são fundamentos bases para a prática de *bullying*, sendo naturalizados e inadequadamente classificados. Relacionar os termos pode ser complexo e problemático, porquanto além de serem conceitos distintos, tendem a responder a anseios ideológicos, rotulando determinados grupos.

Embora várias violências estejam presentes em muitos cotidianos, sobretudo, os educativos, não podem e não devem ser naturalizadas, pois, o racismo e a LGBTfobia têm sanções mais severas que o *bullying*, uma vez que, a Lei 13.663/18, apenas inclui o *bullying* na já existente Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 9.394/16, em seu Artigo 12 - “a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino” os seguintes parágrafos:

IX - promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (*bullying*), no âmbito das escolas;

X - estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas.

Enquanto o racismo, de acordo com a Lei 7716/89 é tratado como crime e a partir do dia 13 de junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) passa, também, a reconhecer a criminalização da **LGBTfobia** por meio do enquadramento como tipo penal definido na Lei do Racismo (Lei 7.716/1989) até que o Congresso Nacional edite lei sobre a matéria.

Insultos, apelidos cruéis, ameaças, ofensas, constrangimentos, intimidações são diversas manifestações que não podem ser classificadas tão somente como *bullying*, pois diversas dessas condutas estão tipificadas como crimes contra honra no Código Penal. Como consequência de tal prática, ocorrem isolamentos, baixo rendimento escolar, automutilações, baixa autoestima, autonegação, sendo preciso combatê-lo de forma assertiva, despertando o senso crítico sobre tais atitudes, a fim de favorecer um convívio sadio, não-violento e inclusivo das diferenças nos ambientes educativos.

É, portanto, de suma relevância que se denomine adequadamente cada situação, pois nos ambientes educativos, comumente ocorrem práticas racistas, que excluem e segregam a partir da cor da pele e trajetória de vida, sendo essas condutas típicas de crimes e quando praticado por menores de idade, tipificados como atos infracionais. É frequente identificarmos situações negativas associadas às pessoas negras como sendo feias, que cheiram mal, sujas, bagunceiras, perigosas e que representa grande ameaça social à população.

O racismo causa o aprisionamento de suas vítimas, pois oferta as piores oportunidades, delimitando o lugar do negro pela inferioridade, não permitindo melhores condições de vida, acesso a

emprego formal, a serviço público de saúde e educação de qualidade, sem permitir uma expectativa de vida justa e igualitária. “O racismo é uma desumanização e uma negação da humanidade do outro, uma destruição muito profunda, que a mobilidade social não resolve” (MUNANGA, 1996, p. 223).

É preciso, portanto, divulgar a Lei 7.716 de 1989 do Código Penal que define punição para os crimes resultantes da discriminação, preconceito de raça, cor, etnia, ou seja, punição para os crimes de racismo que constata o preconceito e a discriminação a partir do ideal de superioridade de determinadas raças e povos em detrimento de outros. Informar sobre as instâncias jurídicas que se pode recorrer para busca de orientação, acolhimento e garantia dos direitos.

É sabido que a heteronormatividade – conceito criado por Michael Warner em 1991 “onde todas as pessoas devem organizar suas vidas, conforme o modelo heterossexual, tenham elas práticas sexuais heterossexuais ou não” (COLLING, 2019, p. 47) – é constituída num contexto cultural onde os discursos “autorizados” reproduzem a norma regulatória, ou seja, a família, a escola e a igreja propagam estratégias que garantem a heterossexualidade, desde o século XIX.

A heteronormatividade determina as práticas condizentes ao papel do homem e da mulher, mantendo a linearidade entre sexo e gênero (BUTLER, 2017), favorecendo assim atos de violências e LGBTfobia, inclusive nos espaços de educação, formal ou informal, em virtude da não aceitação da diferença e da manutenção de um currículo que favoreça a hegemonia branca, masculina, heterossexual-reprodutiva, cristã, classe média.

As desigualdades de gênero são, portanto, portas de entrada para as violências contra as identidades dissidentes, sendo estas legitimadas, sustentadas socialmente por uma ordem patriarcal, onde a violência simbólica justifica e antecede outros tipos de violências.

Guacira Louro sinaliza ainda que as opressões se entrelaçam, portanto, é preciso compreender a sua origem, entender os impactos do histórico de exclusões e privações a que fomos acometidos e o mais importante, desnaturalizar discursos e práticas hegemônicas, para romper e superar as desigualdades etnoraciais e de gênero.

A maneira como se entrelaçam as diferentes formas de opressão não é, pois, uma equação que possa ser resolvida facilmente. “Relações de gênero racializadas”, “eticidades generificadas” são apenas algumas das “combinações” que vêm ocupando estudiosas/os e cujos resultados estão longe de ser previsíveis ou estáveis. (LOURO, 1997, p. 54).

Trata-se de fenômenos que possuem bases culturais ancoradas em uma dimensão mais ampla da sociedade onde se inserem tais práticas. Sendo assim, é crucial rejeitar o caráter fixo e permanente da oposição binária, assim como da branquitude, para a resignificação das múltiplas identidades e valorização das diversidades. É preciso reconhecer que existe outros saberes, é preciso garantir as diversidades em todos os setores, quer seja na educação, nas artes, no futebol, outros. Portanto, o processo de desaprendizagem ou resignificação de saberes possibilitará o recomeço de trajetórias silenciadas, propiciando a reconstrução de subjetividades reprimidas, contribuindo para uma educação não-violenta, não-sexista, não-racista, não-homofóbica, não-lesbofóbica.

O trabalho de ação-reflexão, no processo de ensino aprendizagem se faz necessário para compreender, respeitar, valorizar e conviver democraticamente com as diversidades/diferenças, partindo do

pressuposto de que a formação e construção identitária das pessoas sofrem interferências socioculturais, geracionais e territoriais, o que as torna seres plurais e diversos.

É dentro dessa visão que foi pautado este Projeto de Intervenção pedagógica, no qual se desponta como possibilidade em qualquer localidade, vez que se trata de uma problemática recorrente e persistente, complexa e que constitui um desafio da contemporaneidade. Que pretendeu nortear o trabalho de pesquisa/intervenção e relacionar o racismo e a LGBTfobia como sustentação para prática de bullying no contexto escolar.

Neste sentido este trabalho objetivou identificar como adolescentes e jovens conseguem perceber que as agressões e violências no contexto escolar, denominadas de *bullying*, são fundamentadas principalmente pelo racismo e LGBTfobia.

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Para chegar aos objetivos traçados, considerou-se pertinente desenvolver uma intervenção de natureza qualitativa, pois envolve questões relacionadas às singularidades das pessoas e o elo com a dinâmica da totalidade. Para tanto, foi utilizado um estudo exploratório com aproximadamente 60 adolescentes e jovens regularmente matriculados em uma determinada escola da rede estadual de ensino regular (fundamental e médio), localizada em uma região periférica da Região Metropolitana de Salvador.

Participaram do estudo jovens estudantes das séries finais do ensino fundamental (9º ano) e médio (3º ano). A referida escola foi escolhida como território da pesquisa pela facilidade de acesso, pois é o local onde uma das pesquisadoras leciona.

A ideia de realizar a atividade com uma turma do último ano do ensino fundamental e outra do último ano do ensino médio é fazer uma comparação das percepções dessas juventudes. Uma vez que, a expectativa para as percepções dos jovens que já estão finalizando a vida escolar e, portanto, estão no último ano do ensino médio, é que estejam mais amadurecidos e tenham maior nível de entendimento em relação aos temas trabalhados, podendo assim, enriquecer e contribuir com as reflexões.

Foi realizada, visando atender o objetivo de identificar e relacionar os conceitos de *bullying*, racismo e LGBTfobia uma oficina formativa para possibilitar a compreensão acerca dessas práticas no ambiente escolar, valorizando a participação do público, defendendo a construção do saber de forma coletiva e participativa, onde não há saberes maiores ou melhores e sim complementares.

Para finalizar a atividade realizou-se uma intervenção artística para reforçar a reflexão e entendimento desses conceitos.

Fazer a sala de aula um contexto democrático onde todos sintam a responsabilidade de contribuir é um objetivo central da pedagogia transformadora. Os alunos estão ansiosos para derrubar os obstáculos ao saber. [...] Praticamos não só o questionamento das ideias como também o dos hábitos de ser. [...] Podemos ensinar de um jeito que transforma a consciência, criando um clima de livre expressão que é a essência de uma educação em artes liberais verdadeiramente libertadora (HOOKS, 2013, p. 56; 61; 63).

Para embasar o avanço das escritas, das análises de dados e das considerações finais do estudo, foi realizado uma revisão teórico-conceitual de temas e tópicos particularmente importantes para a compreensão da temática, dentro dos eixos da Teoria Crítica, nos contextos de juventudes, sexualidades, diversidade de gêneros, relações etnoraciais, *bullying* e escola, assim como a importância da resignificação dos saberes, teoria queer e a pedagogia transgressora.

Destaca-se que a relevância primordial para o desenvolvimento de um projeto de intervenção pedagógica que se intercomunica com âmbito social é sua contribuição para o desenvolvimento harmonioso num espaço onde se dão as relações, fenômenos e processos sociais, espaço esse, que merece especial atenção e cuidado. Neste sentido, se faz necessário destacar os desafios deste tipo de trabalho, que além de envolver pessoas e suas narrativas e vivências, considera as diferentes perspectivas epistemológicas existentes e que conferem à ciência um campo de possibilidades diversas.

A violência escolar tem ganhado visibilidade e espaço nas discussões acadêmicas, pois as ditas “brincadeiras” trazem sérias e, por vezes, brutais consequências. De acordo com Cléo Fante (2005), o *bullying* começa pela não aceitação da diferença, tendo o termo *bullying* origem inglesa na palavra *bully* e como não existe um termo equivalente em português, adotamos o termo que, enquanto palavra significa “valentão”, “tirano” e enquanto verbo, “brutalizar”, “amedrontar”. (FANTE, 2005).

Para Fante (2005, p. 28) *bullying* “é compreendido como o subconjunto de comportamentos agressivos, sendo caracterizado por sua natureza repetitiva e por desequilíbrio de poder”. A autora traz ainda como definição universal do termo: “um conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetitivas que ocorrem sem motivação evidente, adotado por um ou mais alunos contra outro(s), causando dor, angústia e sofrimento” (FANTE, 2005, p. 28).

Insultos, apelidos cruéis, ameaças, ofensas, constrangimentos, intimidações são manifestações do *bullying* e a repetição destes é uma importante característica. Outra importante característica do *bullying* é a relação desigual de poder entre quem pratica e quem é o alvo do *bullying* (FANTE, 2005).

3 O BULLYINGE AS RELAÇÕES DE GÊNEROS E SEXUALIDADES

Ao relacionar o *bullying* com a LGBTfobia, podemos nos pautar na Teoria Queer, originária dos Estados Unidos no final da década de 1980, o objetivo dos teóricos nesse período era de positivar a forma pejorativa com a qual se referiam aos homossexuais. No Brasil “Queer pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário” (LOURO, 2004, p. 38).

Estudos demonstram que para além da teoria, o pensamento queer coloca-se enquanto projeto político contrário as normas impostas socialmente e definidas como “corretas e normais”, fomentando a ruptura da oposição binária das relações sociais.

A teoria Queer questiona os regimes de normalização, que criam os sujeitos, dentro da lógica binária que produz e divulga repetidamente, que uma das identidades será a norma, e servirá de referência para “anormalizar” outras’. (DANTAS, 2014, p. 158).

Logo, percebe-se que o agressor objetiva mostrar-se dominador da situação, pois acredita estar no topo da relação hierárquica no que tange à orientação sexual, uma vez que a sua identidade sendo a “suposta” norma, se coloca em superioridade, resultando em práticas agressivas, ofensivas e excludentes: “O aparentar homossexual, ou melhor, o: a gente acha, mas eu não sei se ele é gay, em estudantes e em profissionais, já é motivo suficiente para justificar as chacotas, os insultos e as humilhações” (ABRAMOVAY; CUNHA; CALAF, 2009, p. 195).

Partindo desse contexto da violência moral que, muitas vezes, são expostos os alunos e alunas homossexuais, a motivação para a prática de bullying na escola torna-se evidente, quando a heterossexualidade é vista como a “sexualidade normal”, e é concebida como a única forma “natural” de sexualidade. Nessa concepção os homens e mulheres homossexuais e bissexuais estão fora das normas, são desviantes, doentes ou pervertidos. (DANTAS, 2014, p. 144).

Ainda de acordo com Dantas (2014) a escola não conseguiu avançar e acaba por reiterar e fortalecer o ciclo da violência e da discriminação, uma vez que, por meio dos currículos (o oculto e o formal), reforça os princípios de uma soberania masculina, reverberando em uma série de violações que legitimam os preconceitos e ações excludentes, por enquadramento dos corpos e naturalização da heteronorma.

A heteronormatividade é constituída num contexto cultural, onde os discursos “autorizados” reproduzem a norma regulatória. Ou seja, instituições como a família, a escola, a igreja propaga estratégias “sem fugir das expectativas com relação ao gênero e a um estilo de vida que mantêm a heterossexualidade como um modelo inquestionável para todos/as” (MISKOLCI, 2011, p. 42).

A heteronormatividade determina as práticas condizentes ao papel do homem e da mulher, o que se perpetua até os dias atuais, favorecendo atos violentos e lgbtfóbicos, inclusive no espaço escolar, como podemos perceber na assertiva de Louro (1997, p. 68):

A negação dos/as homossexuais no espaço legitimado da sala de aula acaba por confiná-los as “gozações” e aos “insultos” dos recreios e dos jogos, fazendo com que, deste modo, jovens gays e lésbicas só possam se reconhecer como desviantes, indesejados ou ridículos.

As escolas devem, portanto, investir em propostas de ensino emancipatórias, pautadas nas pedagogias transgressoras, contrapondo-se às pedagogias tradicionais e patriarcais, já que esta instituição é destinada para a construção e produção do saber, devendo seguir as seguintes orientações:

A educação tem que estar a serviço de todos e todas para garantir a possibilidade de se construir uma sociedade melhor, em que a base filosófica curricular seja pautada na diferença e a igualdade seja a base para a conquista de direitos e exercício dos princípios fundamentais para a cidadania, para a dignidade humana previstas na Constituição Brasileira, para a construção de uma escola/sociedade/escola menos preconceituosa, menos violenta, menos homofóbica, lesbofóbica e transfóbica. (ARAÚJO; CRUZ; DANTAS, 2018, p. 40).

Construir essa “sociedade melhor” implica em “criar formas não coercitivas para produzir um processo de ensino e aprendizagem com, pela e para as diferenças” (SOARES; FONTES, 2019, p. 15). Aumentando assim, o desafio da escola de promover na sociedade a cultura do respeito, caso contrário, como sinaliza Bento (2011), ela passará a ser o local onde se aprende que a diferença faz a diferença.

4 O BULLYINGE AS PRÁTICAS RACISTAS

Em se tratando de falhas na garantia de direitos é importante pontuar que, as práticas excludentes, a natureza velada e a falta de políticas públicas de combate ao racismo se tornam cada vez presentes no cotidiano das escolas.

Sueli Carneiro (2005) aponta que a escola tem se constituído, em sua maioria, um ambiente de “múltiplos aniquilamentos” para as pessoas que são racialmente inferiorizados, ou seja, para as pessoas negras. O que compromete o desenvolvimento, a confiança intelectual e toda a capacidade cognitiva, por meio da deslegitimação dos saberes e da cultura negra, a respeito de si mesmo e sobre o mundo, por meio da desvalorização ou negação e ocultamento das tantas e grandiosas contribuições do continente africano ao patrimônio cultural da humanidade.

Djamila Ribeiro em seu Pequeno Manual Antirracista (2019) sinaliza que esse é um método de manutenção desenvolvido pela branquitude para reservar o espaço para o negro, espaço esse, de apagamento, anulamento e subalternização. E ainda pontua que “devemos aprender com a história do movimento negro, que nos ensina que devemos nomear as opressões, já que não podemos combater o que não tem nome” (RIBEIRO, 2019, p. 21).

Frantz Fanon (2008) discorre que o racismo se configura como um reflexo do colonialismo que aloca o negro como mera mercadoria ao seu algoz, razão pela qual lhe é negado a sua condição humana.

Na maioria das discussões sobre racismo e colonialismo, há uma crítica da alteridade, da possibilidade de tornar-se o Outro. Fanon, entretanto, argumenta que o racismo força um grupo de pessoas a sair da relação dialética entre o Eu e o Outro, uma relação que é à base da vida ética. A consequência é que quase tudo é permitido contra tais pessoas, e, como a violenta história do racismo e da escravidão revela, tal licença é frequentemente aceita com um zelo sádico. (FANON, 2008, p. 16).

Segundo Passos (2018), o enfrentamento do racismo dissociado do fenômeno do *bullying* ajuda a invisibilizar e silenciar milhares de vozes em sofrimento por conta de sua cor/etnia, o que acontece cotidianamente nas escolas, assim como em grande parte das instituições do nosso país, não é denominado nem como injúria racial, nem como racismo, pois se acredita que não somos racistas. Atitudes e vozes essas, consideradas por Djamila Ribeiro “uma inércia causada pelo mito da democracia racial” (RIBEIRO, 2019, p. 21).

A implementação da Lei 10.639/0322 – não foi suficiente para frear as questões racistas e discriminatórias na escola, pois, ainda se percebe com facilidade que essa estrutura é retroalimentada a

todo o momento, mas fica velado e “de certo modo, permite que o racismo seja invisibilizado e generalizado a uma espécie de brincadeira de mau gosto entre crianças e adolescentes. Nesse aspecto o racismo perde, portanto, com o advento do *bullying*, o seu caráter criminal” (PASSOS, 2019, p. 26-27).

Marcadores como gênero, raça, classe, sexualidade são importantes para análise da localização dos grupos sociais nas estruturas de poder. A escola precisa estar atenta a estas localizações e atuar para a promoção do respeito, considerando as trajetórias sociais e culturais de seus estudantes.

A interseccionalidade enquanto ferramenta teórica e metodológica nos proporciona uma reflexão sobre o combate ao racismo, patriarcado, capitalismo, sexismo, permitindo “capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Por meio da interseccionalidade se torna possível desvendar e dar maior visibilidade às imbricadas e múltiplas opressões, que no ambiente escolar, é cada vez mais comum perceber “a discriminação ativa, as políticas contemporâneas que excluem indivíduos em função da sua raça e de seu gênero” (CRENSHAW, 2012, p. 11), mas vem sendo compactada como o fenômeno do *bullying*.

5 A REALIZAÇÃO DA PRÁTICA E OS POSSÍVEIS RESULTADOS

A intervenção propriamente dita consistiu na apresentação de uma performance artística intitulada: Corpo dissidente, encenada pelo artista Alexandre Santos. A escolha desta performance para a atividade do projeto deu-se pela valorização e reconhecimento da arte enquanto elemento facilitador do aprendizado, por perceber a arte como campo de pensamento que produz subjetividades, sendo a arte política, a mesma é capaz de traduzir situações comuns do cotidiano, bem como questionar as relações de poder e ideologias que produzem silenciamentos, negações e exclusões das populações tidas como minorias e invisibilizadas socialmente.

A arte desponta como uma ferramenta valiosa de fomento ao conhecimento, pois ao considerarmos que a micropolítica na arte é um ato de resistência, tendo como objetivo subverter o poder, produzir estratégias de enfrentamento e de combate a LGBTfobia, combate ao machismo, sexismo, racismo e ao *bullying*, a arte é portanto, um instrumento importante para a transgressão de práticas coloniais impostas pela sociedade.

A encenação retrata as dificuldades, violências, opressões, negações, humilhações que pessoas LGBT sofrem por serem quem são. Por terem sua sexualidade, sua raça, sua história de vida negada, por não se “encaixarem” no modelo cisheteropatriarcal imposto pela sociedade e dessa forma ouvem xingamentos, insultos, apontamentos por divergirem com a norma imposta pelo machismo, sexismo e racismo.

O texto é composto por músicas que refletem o cotidiano das pessoas LGBT, em um dado momento da apresentação são entregues trechos de músicas, poemas, frases de autoras feministas como interação com o público.

No momento da apresentação artística, foi possível perceber que as mensagens transmitidas tocaram profundamente algumas pessoas e estas emocionaram-se, permitindo que lágrima percorresse seus rostos.

A apresentação artística possui uma linguagem clara, direta, objetiva, provocadora de inúmeras reflexões, inclusive a de se autoavaliar e perceber se não estão reproduzindo esse sistema excludente e segregador.

Racismo, transfobia, lesbofobia, homofobia, nacionalismo e elitismo são sofisticadas tecnologias brancas de extermínio da diferença. Pensar em pedagogias transgressoras, nesse sentido, é produzir efeitos de subversão a essas tecnologias, tão presentes na vida escolar. (SOARES; FONTES, 2019, p. 42)

Ao entrar na sala da atividade, cada pessoa recebeu um questionário pré-intervenção que versavam acerca do *bullying*. Importante ressaltar que não houve nenhuma conversa ou intermediação para que as juventudes respondessem esse questionário, a seguir destaca-se as principais perguntas e suas respectivas respostas:

Para você o que é o *bullying*? Aproximadamente metade – 45,8% responderam que o *bullying*: “é um tipo de ‘brincadeira’ de mau gosto”; “zueira”. Percentual esse que demonstra a ampla e urgente necessidade em estabelecer mais diálogos acerca da naturalização de violações em forma de brincadeiras. Atitudes tão presentes nas escolas.

A outra metade aproximada – 54,2%, já possui um entendimento mais apurado sobre o que de fato é o *bullying*, modificando muito pouco uma resposta para outra, o que em linhas gerais, compreendem o *bullying* como sendo: “todo e qualquer ato físico, verbal ou psicológico na intenção de coagir, constranger, ofender, humilhar ou desrespeitar as pessoas”.

A pergunta seguinte foi sobre as principais causas do *bullying* na escola. Confirmando a hipótese deste estudo, as respostas que mais apareceram para as causas do *bullying* foram relacionadas ao racismo e às questões de gêneros e sexualidades. A empatia, denominada pelas juventudes de “falta de amor” é uma das causas que mais proporcionam o surgimento dessas ações.

Quando questionado se já haviam sofrido agressões físicas ou psicológicas por causa da sua cor de pele ou por julgarem que você não apresenta o comportamento esperado e como denominam essas agressões, curiosamente tivemos exatamente 50% de jovens que já sofreram agressões e 50% que declararam nunca terem sofrido agressões de nenhum tipo. Dos que declararam já ter sofrido, 66% denominaram essas agressões de Racismo.

Ao serem questionado se já haviam pensado em abandonar a escola pelo fato de sofrer com o *bullying*, com o racismo e/ou com a LGBTfobia, 75%, declararam que nunca pensaram em abandonar a escola. Mas os 25% que já pensaram em abandonar trazem narrativas importante para uma análise mais profunda e que mais uma vez, reforça nossa hipótese, de que o racismo e a LGBTfobia são as principais causas dessas desistências:

Vivo me mudando de escola por esse fato, porque sou LGBT, sou gorda e sou preta!

Por causa do racismo! Eu queria muito que as pessoas aceitassem que existe sim a pele negra!

Amei muito tudo isso que vocês estão fazendo. É muito importante, sou negra sim!

Já saí uma vez por não me sentir bem.

Penso toda vez que sofro essas agressões.

Apenas 21% das juventudes participantes declararam que nunca foram vítimas de *bullying*, 45% afirmam que nunca foram autores da prática e 54% declaram que já foram autores de *bullying*. O que nos chama atenção é o fato da naturalização, de ainda considerarem uma brincadeira, como as narrativas abaixo ilustram:

Ainda faço umas brincadeiras sem graça, na maioria das vezes, nem percebo.

Mas eu sempre faço só com as pessoas que tenho intimidade.

Após a performance artística, houve uma breve roda de conversa sobre as temáticas abordadas, algumas pessoas se colocaram, narrando, inclusive momentos e situações já vivenciados. Relataram já terem presenciado inúmeras vezes as situações descritas.

Propiciou-se a reflexão sobre as mensagens que são ditas, as ofensas disfarçadas de brincadeira, os crimes que são cometidos se porventura esse autor/a for uma pessoa adulta, a negação do outro em detrimento de uma exigência para que nossas ações sejam iguais às determinadas pela heteronorma. As frases a seguir foram ditas ao longo da atividade:

A própria escola é preconceituosa.

Os crimes ocorrem e não fazem nada. O Estado não faz nada”, ainda não estamos avançando.

Eu sou Bi e ouço todo dia que vai passar, que é uma fase da adolescência.

As pessoas não entendem que é possível amar pessoas para além do *gênero*.

Sou Bi, preta e pobre. A vida não é fácil.

Chamar de gordo, nego, preto do bozó não é brincadeira.

Sou Pansexual e percebo as pessoas olhando diferente quando estou de mãos dadas com minha namorada.

A atividade foi tão bem aceita pelas pessoas que ao finalizar, todas vieram agradecer e elogiar, principalmente a performance do artista. Muitas solicitaram que momentos como esse se repetissem na escola, com mais atividades sobre essas questões, pois conseguem perceber a importância de se educar e de como a escola ainda é deformadora, ou seja, reprodutora de todas essas opressões.

6 PERSPECTIVAS FUTURAS

Após a realização deste projeto, espera-se que adolescentes e jovens saibam como agir, em qual instância recorrer uma vez em que vivenciem e/ou presenciem alguma situação de *bullying* em virtude do racismo e/ou da LGBTfobia. Reafirma-se a importância das discussões sobre gênero, sexualidade e racismo no ambiente escolar, com a finalidade de preparar essas juventudes para o mundo desigual e excludente em que vivemos, onde cada vez é mais valorizado os bens materiais e não a essência da pessoa.

A presente intervenção demonstrou que ao utilizar a arte como elemento educacional, a absorção do conteúdo desejado se dá de forma mais intensa e reflexiva. Fica então, o desejo que as escolas possam investir mais na difusão da arte para seus estudantes, proporcionando-lhes aprendizados múltiplos, ampliando os debates sobre as temáticas latentes na sociedade, conforme sugerem as próprias juventudes.

Por fim, considerando o objetivo deste projeto de intervenção sinaliza-se que as juventudes que participaram do projeto estão atentas na distinção entre os tipos de agressões ocorridas na escola, bem como relacionam as atitudes com pensamentos racistas, machistas e LGBTfóbicas, percebendo os impactos negativos na autoestima e na convivência entre pares.

As pessoas que ainda demonstraram dúvidas, após o diálogo e a performance relataram a importância em saber nomear cada atitude e por meio do conhecimento saberão como agir diante de tais situações.

O projeto de intervenção fortalece, ainda, a ideia da importância de pensar e colocar em prática pedagogias afetivas e políticas educacionais baseadas no posicionamento ético, plural, com práxis libertadoras e emancipatórias a partir de pedagogias transgressoras para (re)construir “saberes de desaprendizagens”.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Mirian; CUNHA, Ana Lúcia.; CALAF, Priscila Pinto. **Revelando tramas, descobrindo segredos:** violência e convivência nas escolas. Rede de Informação Tecnológica Latino-americana – RITLA, Secretaria do Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, Brasília, 2009.

ARAÚJO, Denise Bastos de; CRUZ, Izaura Santiago; DANTAS, Maria da Conceição Carvalho. **Gênero e sexualidade na escola.** Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feminista**, v.19, n. 2, p. 549-559, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a16.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2020.

BRASIL. **Lei 9394/1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 18 mar. 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CARNEIRO Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Feusp, 2005. Disponível em: <https://docplayer.com.br/48065729-Aparecida-sueli-carneiro-a-construcao-do-outro- como-nao-ser-como-fundamento-do-ser.html>. Acesso em: 21 jan. 2020.

COLLING, Leandro. **Gênero e sexualidade na atualidade**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**, 2012. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/372740/Kimberle-Crenshaw.A-interseccionalidade..de-raza-y-geCC80nero.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estudos Feministas**, Salvador, n. 171, v. 1, 2002.

DANTAS, Maria da Conceição Carvalho. **“Cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é”**: o performativo curricular – na análise de Torpedo um vídeo do Kit Escola sem LGBTfobia. 2014. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/15300/1/Maria%20da%20Conceicao%20carvalho%20Dantas%20Versao%2029.04.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EdUFBA, 2008.

FANTE, Cleo. **Fenômeno Bullying**: Como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz: Ed. Verus, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: Cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo estranho**. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós – estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2012.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

PASSOS, Almerison Cerqueira. O bullying escolar no Brasil: reflexões gendradas e a emergência de olhares interseccionais. **Rebeh - Revista Bras. de Est. da Homocultura**, [S.l.], v. 2, n. 01, p. 17-38, nov. 2019. ISSN 2595-3206. Disponível em: <http://revistas.unilab.edu.br/index.php/rebeh/article/view/227>. Acesso em: 21 jan. 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOARES, Mayana Rocha; FONTES, Ramon. **Pedagogias transgressoras**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019.

Recebido em: 22 de Maio de 2021

Avaliado em: 6 de Junho 2021

Aceito em: 25 de Junho 2021



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

1 Especialista em Gênero e Sexualidade na Educação – UFBA; Graduada pelo Programa Interdisciplinar em Humanidades da Universidade Federal da Bahia – UFBA; Educadora Social -Prefeitura Municipal de Salvador, atuando com famílias assistidas pelo Centro de Referência em Assistência Social – CRAS. E-mail: denivia@gmail.com

2 Mestra e Doutoranda em Família na Sociedade Contemporânea – PPGFSC/UCSAL; Especialista em Gênero e Sexualidade na Educação – UFBA; Professora da Rede Estadual de Educação do Estado da Bahia; Integrante do núcleo de estudos sobre Direitos Humanos – NEDH/UCSAL e do Núcleo de pesquisa e extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades – NUCUS/UFBA na linha Gênero, Sexualidade e Escola. E-mail: pollyannarcampos@gmail.com

3 Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia – FAGED/UFBA - grupo Educação e Diversidade; Membro Núcleo de pesquisa e extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades – NUCUS/UFBA, na linha Gênero, Sexualidade e Escola. E-mail: marilucarvalhodantas@gmail.com



Este artigo é licenciado na modalidade acesso abertosob a Atribuição-Compartilhaigual CC BY-SA

